

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA

Hélio Mamede Frota*

RESUMO: O artigo jurídico apresenta os argumentos favoráveis e contrários à possibilidade de responsabilização penal das pessoas jurídicas, mormente na seara ambiental, expondo os requisitos constitucionais e legais. Além disso, são colacionadas a doutrina e a jurisprudência, bem como as posições de algumas legislações estrangeiras. A tese da impossibilidade de aplicação de sanções penais à pessoa jurídica repousa dentre outros; na teoria da ficção, segundo a qual o ente coletivo é uma criação do direito; nos dogmas advindos da tradição romano-germânica do Direito penal brasileiro consistentes na capacidade de conduta e capacidade de culpabilidade inerentes à pessoa natural. Ademais, se discute a suposta violação aos princípios da legalidade, bem como da intranscendência da sanção penal. Por outro lado, a Constituição Federal, inclusive, seguindo uma tendência universal, em seu art. 173, § 5º, bem como no art. 225, § 3º, consagra a responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais, no que foi materializada pelo art. 3º da Lei 9.605/98. Outrossim, são alinhavados, entre outros, os argumentos favoráveis à aludida responsabilização, quais sejam: teoria da realidade ou organicista; a necessidade de preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações; adequação de novo modelo punitivo com regras penais e processuais penais para punir as pessoas jurídicas, sem impor agravos aos direitos e garantias fundamentais conquistadas. Além disso, a Lei 9.605/98, a par de elencar sanções de natureza civil e administrativa, dispõe sobre as sanções penais aplicáveis às entidades. É consabido que a empresa instituída com a finalidade de buscar o lucro nas relações jurídicas que celebra no mundo globalizado, não raro, vem sendo utilizada por seus sócios ou administradores como instrumento para a prática de infrações penais.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade penal. Pessoa jurídica.

* Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Auditor Estadual, Engenheiro Civil e Bacharel em Administração na mesma instituição. Pós-Graduado em Direito Penal na Universidade Potiguar/Curso Damásio de Jesus; em Ciências Penais e em Direito Processual-Grandes Transformações, ambos na Unisul/Curso LFG; em Direito Penal e Direito Processual Penal na Faculdade de Sergipe em convênio com a Esmese.

Culpabilidade. Infrações penais.

1. INTRODUÇÃO

Como é cediço, no direito da antiguidade, a responsabilidade não individual ou coletiva transcendia a pessoa do indivíduo para atingir a família, os vizinhos ou a comunidade. O Código de Hamurábi, na Babilônia, bem como o Código de Manu, na Índia, dispunham sobre a punição criminal de corporações. No direito germânico e no direito espanhol não eram incomuns as punições de corporações infligidas pelo Imperador ou pelo próprio Papa. O direito romano, por sua vez, não definia a aludida responsabilidade penal.

As Ordenações Afonsinas, Manoelinas e Filipinas se mantiveram silentes sobre a aludida questão. Com o advento da Revolução Francesa em 1789, consolidou-se a máxima “*societas deliquere non potest*”, ora inspirada no Iluminismo de cunho individualista, tendo em vista a exacerbação da tese da responsabilidade subjetiva, em detrimento da responsabilidade das corporações.

Saliente-se que o Código Criminal do Império de 1831, em seu art. 80, bem como o art. 103, parágrafo único, do Código Penal de 1890 mencionaram a responsabilidade das corporações. Este dispositivo legal, todavia, contrariou o art. 25 do Código Penal de 1890, que pugnava pela responsabilidade pessoal. Note-se que o atual Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a reforma de julho de 1984, assentado nos clássicos conceitos de conduta e culpabilidade da pessoa física, nada dispõe sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

É cediço que as pessoas jurídicas podem ser de direito público externo ou interno, bem como de direito privado. Nos termos do art. 41 do Código Civil, incisos I a V, as pessoas jurídicas de direito público interno são: a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, bem como as entidades de caráter público criadas por lei. A par dessa enumeração, o Estatuto Civil, no dispositivo seguinte preceitua que são pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional.

Nesse passo, a teor do preceituado no art. 44 do Código Civil, são

pessoas jurídicas de direito privado, as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos.

O *leading case* sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica foi proferido pela 8ª Turma Criminal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região¹ que condenara a empresa pela prática dos crimes, em concurso formal, definidos nos arts. 48 e 55 da Lei 9.605/98.

No tocante à responsabilidade penal da pessoa jurídica, a doutrina e a jurisprudência ainda travam aceso debate sobre a sua aplicação.

2. IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA

A aludida impossibilidade se consubstancia no clássico brocardo de inspiração anglo-saxã, denominado *societas delinquere non potest*, vale dizer, a sociedade não pode delinquir.

No que pertine ao direito comparado, consoante Shecaira,² alguns países são refratários à tese da responsabilidade penal da pessoa jurídica, como, por exemplo: a) Alemanha que impõe sanções pelo Direito Penal Administrativo ou pelas Contravenções à Ordem; b) Itália, conforme art. 27, I, da Constituição, sendo que algumas leis definem hipóteses de responsabilidade penal-administrativa.

No Brasil, esse entendimento, conforme veremos, é fundado em duas vertentes, quais sejam: político-criminal, pois as sanções cíveis e administrativas são suficientes e também mais céleres para conter e punir as atividades degradadoras do meio ambiente, bem como a evidente inadequação dos fins da pena à pessoa jurídica, mormente a função retributiva; de ordem penal dogmática, tendo em vista que a pessoa jurídica é desprovida de capacidade de conduta no sentido ôntico-ontológico e de capacidade de culpabilidade.

No âmbito da jurisprudência do STJ³ colacionamos um julgado que rejeita a tese da incriminação da pessoa coletiva.

Outrossim, defendem a impossibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica no Brasil, segundo Sílvio Maciel,⁴ dentre outros, os seguintes doutrinadores: Alberto Silva Franco, Francisco de Assis Toledo, Clóvis Beviláqua, Nelson Hungria, Magalhães Noronha, Juarez Tavares, José Henrique Pierangelli, Luiz Vicente Cernicchiaro, Paulo José da Costa Junior, Eugenio Raúl Zaffaroni, Mirabete, René Ariel Dotti, Luiz Régis Prado, Roberto Delmanto, Roberto Delmanto Junior e Fábio M. de

Almeida Delmanto, Fernando da Costa Tourinho Filho, Rogério Greco, Julio Fabbrini Mirabete, Cezar Roberto Bitencourt e Luiz Flávio Gomes. A propósito, colacionamos ilustre doutrina que compartilha do mesmo entendimento: Barros, 1999; Constantino, 2005 e Boschi, 2006.⁵

Segundo a Teoria da Ficção Jurídica, de origem romano-germânica, idealizada por Savigny no final do século XVIII, a corporação não pode delinquir, ou seja, ser sujeito ativo de delitos, conforme reza a máxima *societas delinquere non potest*. Isso porque se trata de um ente fictício, imaginário, irreal ou abstrato, sendo mera criação artificial do direito. Logo, como é ente fictício, não pode praticar qualquer ilícito e, por via de consequência, não há que se falar em responsabilidade. É ente desprovido dos elementos do fato típico, quais sejam: consciência, vontade real no aspecto psicológico e finalidade. Somente o ser humano, em razão de sua própria natureza, seria capaz de titularizar direitos, contrair obrigações, bem como ser sujeito ativo de crimes ou contravenções. Nesse passo, a corporação não pode ser denunciada como autora, coautora ou partícipe de ilícitos penais. A corporação, criada por lei para atingir fins lícitos, não pode ser punida por infrações penais praticadas pelas pessoas naturais que a integram.

Como a vontade do ente moral emana das pessoas naturais que a dirigem, se depreende que somente estas podem ocupar o polo passivo de ações penais. No entanto, essa teoria é criticada por não explicar a existência do Estado, como pessoa jurídica de direito público.

A Constituição da República, em seu art. 225, § 3º, bem como os arts. 3º e 20 da Lei 9.605/98 não dispõem expressamente sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica. Desse modo, os referidos dispositivos não enunciam que a pessoa jurídica pode ser sujeito ativo de crime ou de contravenção penal. Note-se, ainda, que a Lei 9.605/98 não dispõe, de forma taxativa, sobre os delitos imputados à pessoa jurídica, o que viola o princípio da legalidade insculpido no arts. 5º, XXXIX, da Constituição Federal e 1º, do Código Penal. A despeito de o art. 21 da referida Lei se limitar a definir um rol de sanções aplicáveis às pessoas jurídicas, não previu especificamente as condutas a lhes serem imputadas. Em outras palavras, a Lei 9.605/98 não cominou para a pessoa jurídica a sanção penal correspondente a cada tipo penal, o que afronta o princípio “*nullum crimen, nulla poena sine lege*”, conforme consagrado nos arts. 5º, XXXIX, da Constituição Federal e 1º, do Código Penal. Por exemplo: arts. 35, 40, 54, § 2º, por cominarem tão somente penas privativas de liberdade, são

incompatíveis para as pessoas jurídicas.

Seria inútil acolher a responsabilidade da corporação, tendo em vista a evidente dificuldade de individualizar e punir a pessoa natural que realizou materialmente o delito ou que autorizou ou determinou a sua prática se ocultando no manto daquela. Como se vê, em razão da crescente hierarquização de funções no âmbito da empresa cuja organização é complexa, as pessoas naturais, que são os verdadeiros sujeitos ativos dos delitos ambientais, facilmente ficam impunes sob o véu daquela em nome da qual atuam.

Nesse passo, as condicionantes previstas no art. 3º, caput, da Lei 9.605/98 consistentes nas provas de que a infração seja cometida por determinação do representante legal ou contratual (decisão que ensejou a prática do crime ambiental), bem como a configuração de interesse ou benefício da entidade constituem entraves para responsabilizá-la penalmente. Conforme Silvio Maciel,⁶ a decisão proferida pelo STF, no julgamento do AgR no RE 628582/RS, Min. Relator Dias Toffoli, não mostra consonância com o art. 3º, caput, da Lei 9.605/98, de inspiração no direito francês, pois não se pode punir isoladamente o ente moral sem a comprovação de que a pessoa física, responsável legal ou contratual da pessoa jurídica, ou do órgão colegiado, praticou o crime ambiental ou decidiu pela sua realização. Outrossim, não obedece ao parágrafo único do mesmo artigo, segundo o qual a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas concorrentes, conforme a teoria da dupla imputação. Como se vê, em relação aos entes morais os delitos ambientais são considerados de concurso necessário ou plurissubjetivos.

Ressalte-se que nos crimes de autoria coletiva a denúncia deve descrever, de modo minucioso, a conduta individualizada de todos os agentes para possibilitar a ampla defesa dos acusados, sob pena de inépcia.

Parte da doutrina⁷ lembra que na autoria mediata, causa excludente da culpabilidade, a lei somente pune o autor mediato da coação moral irresistível ou da ordem não manifestamente ilegal. Por conseguinte, não poderia ser imposta qualquer sanção penal à pessoa jurídica, mas tão somente aos administradores ou sócios que dela se utilizaram como instrumento para a prática de delitos. A empresa constitui apenas um instrumento pelo qual seus administradores delinquem, razão pela qual não poderia ser punida por delitos por eles praticados. Disso resulta que a sanção penal deve ser imposta somente à pessoa natural que se utilizou da pessoa jurídica como escudo para a prática da infração penal.

A pessoa jurídica não age com elemento subjetivo, dolo ou culpa, pois não há crime sem culpa em sentido amplo. Trata-se de um ser desprovido de consciência e vontade no sentido psicológico imanentes ao ser humano, bem como de finalidade, os quais são elementos do comportamento humano. Nesse sentido, não há que se falar em conduta, assim como ocorre, por exemplo, nos atos involuntários, na coação física irresistível, no caso fortuito e na força maior (*nullum crimen sine conducta*). Assim, a pessoa jurídica não poderia, por si própria, cometer crimes, uma vez que seria necessário se valer de seus órgãos, integrados por pessoas naturais dotadas de consciência e vontade para praticar delitos.

Em outras palavras, a adoção da tese da incriminação de pessoas morais significa reconhecer a repudiada responsabilidade penal objetiva, pois é consabido que a corporação somente pode atuar através de seus órgãos. Nesse sentido, da Teoria Finalista da Ação agasalhada pelo alemão Hans Welzel se extrai que a pessoa jurídica não pode praticar conduta que produza lesão ou exponha a perigo de dano um bem jurídico tutelado.

No que concerne à redação do § 3º do art. 225 da CF, Luiz Regis Prado⁸ adverte sobre a necessária distinção semântica entre conduta e atividade da empresa que lesa o meio ambiente:

O dispositivo em tela refere-se, claramente, à conduta/atividade, e, em consequência a pessoas físicas ou jurídicas. Dessa forma, vislumbra-se que o próprio legislador procurou fazer a devida distinção, através da correlação significativa mencionada.

Logo, a palavra “conduta” se refere ao comportamento de pessoa natural submetida a sanções penais, ao passo que o vocábulo “atividades” se relaciona à pessoa jurídica sujeita à sanção de ordem administrativa e não de natureza penal.

Trilhando entendimento semelhante sobre a redação ambígua e indeterminada do dispositivo retro, René Ariel Dotti⁹ observa que a responsabilidade penal continua sendo de natureza estritamente humana, eis que a pessoa jurídica não pode ser sujeito ativo de infração penal em matéria ambiental. Além disso, conforme observa parte da doutrina, da redação original proposta pela comissão de sistematização, durante a elaboração do art. 173 da Constituição Federal/88, segundo o qual

“a lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos integrantes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade criminal desta”, foi suprimida, na votação em plenário, a referência à palavra “criminal”, o que indica e sugere a ausência de vontade do constituinte para acolher a responsabilização penal da pessoa moral.

Na esteira do princípio da personalização da pena ou da responsabilidade pessoal insculpido no art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal, consoante o qual “nenhuma pena passará da pessoa do condenado (...)”, a sanção penal somente pode ser aplicada a pessoas naturais que praticam condutas antijurídicas. Nesse sentido, a imposição de sanção penal à pessoa jurídica corresponderia à violação do referido princípio.

Como se vê, a punição da pessoa jurídica pode atingir, de modo indireto, seus empregados ou algum dirigente (inocente) que não atuou com infração à norma penal, bem como os sócios minoritários ou acionistas que votaram contra a decisão assemblear que ensejou a prática do delito ambiental. Desse modo, a pessoa jurídica não poderia sofrer pena de natureza criminal, uma vez que seria experimentada pela pessoa natural que executou materialmente o verbo do tipo. Conforme anota Boschi,¹⁰ o § 3º do art. 225 da Constituição Federal, se valendo da interpretação sistemática, deve se amoldar ao princípio da personalidade subjetiva da pessoa natural, consagrado pelo próprio constituinte no art. 5º, inciso XLV.

As sanções civis e administrativas, as quais devem ser impostas segundo o devido processo legal, são sabidamente mais céleres, eficientes e menos gravosas em relação às de natureza penal. Por conseguinte, o direito penal deve ser a *ultima ratio*, conforme o princípio da subsidiariedade, espécie da intervenção mínima. Consoante Sílvio Maciel,¹¹ as infrações administrativas previstas no Decreto 6.514/98 já são sobejamente suficientes e céleres para conter as degradações ambientais praticadas por pessoas jurídicas. Isso porque, além de apresentarem redações semelhantes às das infrações penais capituladas na Lei 9.605/98, ostentam maior severidade, o que implica dizer que o Direito Administrativo Sancionador de entes jurídicos assume o papel da *ultima ratio* na intervenção, afastando a aplicação do Direito Penal. Nesse diapasão, parte da doutrina entende que algumas sanções administrativas poderiam ser aplicadas às empresas pelo juiz com competência criminal, segundo o devido processo legal.

A pessoa jurídica, diferentemente da pessoa natural, sendo desprovida

de consciência e vontade, não é dotada de arrependimento, razão pela qual os fins da pena consistentes na prevenção, retribuição e ressocialização não seriam alcançados mediante a aplicação de sanções penais. Isso porque a pessoa jurídica não compreenderia a ameaça psicológica ou o caráter aflictivo da sanção penal ora executada, bem como não teria sentido falar em sua reintegração à sociedade.

Segundo René Ariel Dotti,¹² outras dificuldades podem ser vislumbradas para o acolhimento da responsabilização em comento: a definição do tempo e do local do crime. O tempo do crime, com supedâneo na teoria da atividade, está fundado na ideia de conduta humana. Por sua vez, em relação ao lugar do crime, regido pela teoria da ubiquidade, se tornaria difícil delimitá-lo quando a pessoa jurídica, causadora de considerável dano ambiental, possuir filiais em diversos locais. Observa, ainda, que o ente moral, se fosse condenado criminalmente, não teria como promover ação de regresso contra os seus dirigentes corresponsáveis. Além disso, o princípio da humanidade das penas, insculpido no art. 5º, XLVII, da Constituição Federal, somente se aplica às pessoas naturais.

A culpabilidade, seja considerada requisito do crime, seja pressuposto da pena, é sempre subjetiva e individual, devendo ser atribuída, exclusivamente, às pessoas físicas (*nullum crimen sine culpa*). Disso resulta que a pessoa jurídica não possui os elementos normativos ensejadores da culpabilidade, quais sejam: imputabilidade (capacidade de entendimento ou de autodeterminação), potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa (por ser o ente jurídico dirigido por terceiros). Em síntese, a tese da responsabilidade penal das empresas deve ser inadmitida por não se amoldar às teorias da ação, quais sejam, a causalista, a finalista e a sociológica, bem como às teorias da culpabilidade (psicológica, psicológico-normativa e normativa pura). Nesse sentido, o acolhimento da tese da responsabilidade penal da empresa demandaria uma relativa reformulação de conceitos clássicos da dogmática penal, a exemplo do que sucedeu na Lei de Adaptação Francesa, sob pena de admissão da responsabilidade penal objetiva no Brasil.

3. CABIMENTO DA RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA

Conforme anota Shecaira,¹³ o Tribunal de Nüremberg admitiu a responsabilidade penal de corporações, da Polícia secreta denominada

Gestapo, do Partido Nazista, do exército alemão, bem como dos seus dirigentes em face dos crimes de guerra contra a humanidade.

Em 1979, na Alemanha, sede do *XII Congresso Internacional de Direito Penal de Hamburgo*, fora reconhecido que os crimes ecológicos, os atentados mais graves contra o meio ambiente, são praticados, sobretudo pelas pessoas jurídicas. Nesse sentido, a Recomendação número 5:

[...] Em direito penal especial não se deve limitar as disposições tradicionais, porém ainda instituir ou desenvolver disposições específicas ao meio natural. Essas disposições preverão a aplicação de sanções penais, seja a violação das regras administrativas e judiciárias, seja a toda a forma de colocar em perigo o meio natural [...].¹⁴

Em decorrência, notadamente, do aumento da degradação ambiental, na lição de Shecaira,¹⁵ vários países passaram a adotar a responsabilidade penal da pessoa jurídica, quais sejam: Inglaterra (Interpretation Act de 1889 e de 1978), Reino Unido, Estados Unidos (art. 13 do Código Penal de Nova York, em 01/12/1882), Canadá, Portugal, Holanda (art. 51 da Lei de Delitos Econômicos de 1950; art. 51 do Código Penal de 1976), Dinamarca (Código Penal de 1996, Capítulo 5º), Áustria, Nova Zelândia, Japão, China, México (art. 11 do Código Penal), Venezuela (art. 3º da Lei Ambiental de 1992); Colômbia e França. A propósito, na França, que outrora vedava a adoção da tese em comento, salvo a do próprio Estado, é acolhida a responsabilidade penal da pessoa jurídica, desde março de 1994, conforme delineada no art. 121-2 do Código Penal:

[...] As pessoas morais, com exceção do Estado, são penalmente responsáveis, segundo as distinções dos arts. 121-4 a 121-7 e nos casos previstos em lei ou regulamento, pelas infrações praticadas por sua conta, pelos seus órgãos ou representantes.

Conforme veremos, a Constituição Federal, em seus arts. 173, § 5º e 225, § 3º, bem como o art. 3º da Lei 9.605/98 admitem expressamente a responsabilidade penal das entidades. Portanto, deve o Código Penal, inspirado nos dogmas da conduta individual e da culpabilidade da pessoa

natural, se adaptar à vontade do constituinte, e não o contrário.

No âmbito da jurisprudência do STF,¹⁶ colacionamos alguns julgados sobre o indeferimento de habeas corpus para pessoas jurídicas, bem como a impossibilidade de responsabilidade penal da pessoa jurídica.

O indeferimento de habeas corpus em favor de pessoa jurídica, ante a evidente impossibilidade de sofrer cerceamento à liberdade de locomoção e incompatibilidade com a aplicação de pena privativa de liberdade, tem provocado o manejo de mandado de segurança perante alguns tribunais, nos termos do art. 5º, LXIX, da Constituição Federal.

Ressalte-se que, pela primeira vez, em decisão paradigmática do STF, no julgamento do AgR no RE 628582/RS, o Ministro Relator Dias Toffoli acolheu, no que concerne a delitos ambientais, a tese da responsabilidade penal isolada da pessoa jurídica, independentemente da responsabilização da pessoa natural, ao consignar em seu voto o seguinte:

[...] Ainda que assim não fosse, no que concerne à norma do § 3º do art. 225 da Carta da República, não vislumbro, na espécie, qualquer violação ao dispositivo em comento, pois a responsabilização penal da pessoa jurídica independe da responsabilização da pessoa natural.

[...]

Conforme anotado por Roberto Delmanto et al, ao colacionarem posicionamento de outros doutrinadores “segundo o parágrafo único do art. 3º da Lei 9.605/98, ‘a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas naturais; podendo assim a denúncia ser dirigida’ apenas contra a pessoa jurídica, caso não se descubra a autoria ou participação das pessoas naturais, e poderá, também, ser direcionada contra todos. Foi exatamente para isto que elas, as pessoas jurídicas, passaram a ser responsabilizadas. Na maioria absoluta dos casos, não se descobria a autoria do delito’ (Leis Penais Especiais Comentadas. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 384)”.

Conforme se observa, a jurisprudência do STJ,¹⁷ que passou a admitir a responsabilidade penal da pessoa jurídica, vem indicada a seguir. A pessoa

jurídica responde penalmente com base na Teoria da Responsabilidade Social, e não de acordo com a responsabilidade penal subjetiva tradicional, o que afasta a noção de culpa individual. Isso remonta à necessidade de adoção do conceito de culpabilidade social para as pessoas jurídicas. Nesse sentido, a sociedade espera que a pessoa jurídica exerça as suas atividades de modo a não causar danos ao meio ambiente.

Consoante a Teoria da Responsabilidade Social, a culpabilidade deve ser enfocada não mais sob o aspecto individual tradicional do juízo de valor, conformado tão somente às pessoas naturais, mas sim considerando a culpabilidade social ou coletiva fundada em um juízo de reprovabilidade da sociedade em relação à empresa que descumpre suas metas sociais. Por exemplo: a indústria petroquímica que causa degradação ambiental, por falta de manutenção em suas máquinas e equipamentos, desperta intensa reprovção social.

A adoção da responsabilidade penal das empresas deve seguir uma tendência do moderno Direito Penal, conformando-o a uma nova realidade social, sobretudo para dispensar maior tutela ao meio ambiente. Assim, segundo a jurisprudência do STJ:¹⁸

(...) a responsabilidade penal desta, à evidência, não poderá ser entendida na forma tradicional baseada na culpa, na responsabilidade individual subjetiva, propugnada pela Escola Clássica, mas deve ser entendida à luz de uma nova responsabilidade, classificada como social.

Sobre a possibilidade de responsabilização penal do ente jurídico, Christiano Neto cita eminente doutrina:¹⁹ Antonio Evaristo de Moraes Filho, Eládio Lecey, Ada Pellegrini Grinover, Herman Benjamin, Paulo Affonso Leme Machado, Celso Ribeiro Bastos, Édis Milaré, Ivette Senise Ferreira, Gilberto e Vladimir Passos de Freitas, Walter Claudius Rothenburg, Damásio de Jesus e Sérgio Salomão Shecaira. Nessa esteira, Roberto Demanto²⁰ et al apresenta doutrina favorável à mesma tese: Roque de Brito Alves, Fausto Martin De Sanctis e Luís Paulo Sirvinskas.

Outrossim, à guisa de ilustração, acrescentamos a referência, dentre outros, a eminentes doutrinadores²¹ que comungam do mesmo entendimento, quais sejam: Antunes, 2001; Nucci, 2007; Silva et al., 2008 e Galvão, 2003. Nesse passo, serão expostos os argumentos favoráveis à

responsabilidade penal da pessoa jurídica.

De acordo com a Teoria da Realidade, Organicista ou da Personalidade Real, surgida em 1881, capitaneada por Otto Friedrich Von Gierke, Zitelman e Aquiles Mestre, de inspiração anglo-saxã, no qual vigia o *Common Law*, a corporação é um organismo real dotado de vontade própria, como se fosse uma pessoa natural e, por isso, pode praticar condutas criminosas comissivas e omissivas. Não se trata de uma ficção ou ser artificial criado pela lei. A vontade da corporação se exterioriza pela de seus integrantes. Note-se, contudo, que a vontade individual da pessoa natural será diversa da manifestada pelos órgãos da corporação, nos casos em que a decisão que ensejou a prática do ilícito não tenha sido unânime.

Na lição de David Baigún,²² a ação institucional praticada pela empresa, que seria diversa da realizada por pessoa natural, constitui a soma dos elementos normativos, organizacionais e econômicos. Adotando semelhante linha de raciocínio, Shecaira²³ entende que a pessoa jurídica é entidade real dotada de vontade em um plano pragmático-sociológico, o que permite a criação da denominada “ação delituosa institucional”. Na expressão de Franz Von Liszt, “quem pode firmar contratos, pode também firmá-los fraudulentamente”.

A autoria mediata, segundo a qual o crime seria praticado pelo representante legal através da pessoa jurídica, mas não por esta, não constitui fundamento para excluir a comentada responsabilidade. Isso porque a pessoa física corresponde ao instrumento que executa materialmente o delito em nome da autora mediata, que é a pessoa jurídica. Desse modo, vislumbra-se a coautoria necessária, sendo que a empresa é considerada coautora mediata que age por meio de um instrumento consubstanciado na pessoa física. Além disso, conforme bem anota Fernando Capez,²⁴ o art. 2º, segunda parte, da Lei 9.605/98, seguindo a disposição do art. 13, § 2º, do Código Penal, estabelece a omissão imprópria. Por exemplo: se o administrador ou gerente da empresa souber ou presenciar a prática de um delito ambiental por um subordinado e, no entanto, deixa de impedi-lo, quando devia e podia agir para evitá-lo, responde por crime comissivo por omissão.

A Constituição Federal, em seu art. 173, § 5º menciona a responsabilidade penal da pessoa jurídica, nos seguintes termos:

A Lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a

responsabilidade desta, sujeitando-se às punições compatíveis com a sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

Nesse passo, deve ser lembrada a atuação delituosa da pessoa jurídica na ordem econômica e financeira, ainda não regulamentada pelo legislador ordinário, bem como nos crimes contra a economia popular. O art. 25 da Lei 7.492/86 dispõe sobre a responsabilidade penal nos crimes contra o sistema financeiro: “São penalmente responsáveis, nos termos desta Lei, o controlador e os administradores de instituição financeira, assim considerados os diretores, gerentes (vetado)”.

De acordo com o ensinamento de Shecaira,²⁵ os seguintes dispositivos, por vícios de técnica, aparentemente, invocam a responsabilidade penal da pessoa jurídica, quais sejam: art. 73, § 2º, da Lei 4.728/65 (mercado de capitais); art. 44, § 7º, da Lei 4.595/64; art. 6º da Lei 4.729/65 (sonegação fiscal) e art. 80 da Lei 6.435/77 (entidade de previdência privada).

Outrossim, é ventilada a responsabilidade do ente jurídico no art. 16 da Lei 8.884/1994, com a seguinte redação: “As diversas formas de infração da ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, solidariamente”. Com relação a essa hipótese, João Marcello de Araújo Júnior assim se posiciona:²⁶

[...] Além do mais, principalmente no que se refere ao Direito Penal Econômico, ilícitos existem em que a lei prevê, exclusivamente, a conduta da empresa. É o que acontece, entre outros exemplos, com os crimes contra a livre concorrência. Quem exerce a concorrência desleal é a empresa. A ação da pessoa natural que atua por conta e no proveito dela é expressão do agir da empresa, pois quem pratica a ação é a própria empresa.

Na lição de René Ariel Dotti,²⁷ a responsabilidade penal dos mencionados agentes é sempre subjetiva, pois a mera condição de controlador ou administrador não possui o condão para admitir a responsabilidade objetiva.

A Carta Magna, em seu art. 225, § 3º, a despeito de sua sofrível redação, conforme já observada pela doutrina, consagra a aludida responsabilidade por delitos ambientais, senão vejamos: “As condutas e atividades consideradas lesivas no meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, indiferentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

Ressalte-se, porém, que somente a responsabilidade penal da pessoa jurídica por delitos ambientais, embora tardiamente, foi regulamentada a nível infraconstitucional. Nessa esteira, a Lei 9.605/98, em seu art. 3º, materializou o art. 225, § 3º, da CF, com a seguinte redação:

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

A doutrina estabelece duas condicionantes para a responsabilização penal da pessoa jurídica, a saber:

a) a infração deve ter sido praticada em seu interesse ou benefício, ainda que não sejam atingidos. Aquele abrange a ideia de lucro, bem como os casos em que o dirigente deixa de adotar novas tecnologias para prevenção dos danos ambientais. Por sua vez, o benefício consiste na obtenção de bens, serviços ou vantagens econômicas para a empresa;

b) a infração seja cometida por decisão de seu representante legal indicado no estatuto ou no contrato (administrador, gerente), ou de seu órgão colegiado, que poderia ser a assembleia geral, o conselho de administração ou a diretoria.

Conforme se depreende, nos casos em que, por exemplo, o dirigente da pessoa jurídica determina que seus empregados utilizem instrumentos e veículos a ela pertencentes para extrair e transportar madeira de lei,

sem autorização do órgão ambiental competente, destinada à construção da residência particular daquele, deve ser afastada a responsabilidade da empresa, pois o crime fora cometido no exclusivo interesse ou benefício da pessoa física. Nesse exemplo, somente o dirigente, por sua deliberação exclusiva, praticou o crime ambiental obtendo vantagens ao utilizar a infraestrutura da empresa. No mesmo sentido, se um dirigente ou empregado de uma empresa, por sua exclusiva conta e risco, respectivamente, autoriza ou realiza o corte de árvores em local proibido por lei, contra o interesse da pessoa jurídica, não há que se falar em responsabilidade do ente moral.

Outro exemplo, citado por Shecaira,²⁸ se refere ao diretor de um supermercado que, agindo em nome da pessoa jurídica, e se utilizando da sua infraestrutura, aumenta o lucro através da cobrança abusiva dos preços de um produto. É evidente que o crime contra a ordem econômica fora praticado no interesse ou benefício da empresa, razão pela qual a punição deve alcançar a pessoa natural, bem como a empresa. Em outras palavras, não há que se falar em responsabilidade penal da pessoa jurídica quando o sócio ou administrador toma decisão que não a interesse ou a beneficie, ainda que utilize sua infraestrutura para finalidades ilícitas.

Por óbvio, em razão de sua própria natureza, ao ente jurídico não pode ser aplicada pena privativa de liberdade. Contudo, frise-se que o art. 21 da Lei 9.605/98 prevê sanções penais alternativas que podem ser aplicadas à pessoa jurídica, tais como, a multa e as penas restritivas de direitos. Além disso, não se torna incongruente dizer que pode ser infligida à empresa a sanção de liquidação forçada, o que equivale à pena de morte.

O arrependimento, no sentido psicológico, somente pode ser notado e compreendido pelas pessoas naturais. Contudo, é sabido que a condenação criminal de uma empresa, embora não seja ente dotado de arrependimento, causa repercussão negativa perante os consumidores e fornecedores. As funções da pena, de certo modo, também se estendem às empresas. Isso porque, de acordo com a função retributiva, a empresa, em nome da qual fora o ilícito penal praticado, deve sofrer a devida persecução penal; na função preventiva geral, as demais pessoas jurídicas ficam sujeitas a sofrer a sanção ora aplicada; por fim, na função ressocializadora, a pessoa moral, após cumprir a sanção, considera-se reintegrada à sociedade, com o retorno às suas atividades, sem causar danos ao meio ambiente.

Como se nota, a empresa, no mais das vezes, após degradar o meio

ambiente e, com o objetivo de se eximir das críticas alinhavadas pela sociedade, atribui o fato, exclusivamente, aos seus empregados ou aos órgãos colegiados que agiram em seu interesse ou benefício, razão pela qual se torna imperiosa a sua responsabilização. Além disso, é consabido que a pessoa jurídica condenada por crime ambiental encontra resistências para obter financiamentos bancários para realizar suas atividades. Logo, no escólio de Paulo de Bessa Antunes,²⁹ a instituição financeira que concorre para a prática do dano será considerada poluidora indireta, o que resulta em solidariedade passiva com o mutuário que degradou o meio ambiente, nos termos dos arts. 3º, IV, da Lei 6.938/81 e 2º da Lei 9.605/98.

É cediço que a imposição de sanção penal à empresa, além de causar repercussão negativa perante à sociedade, atinge indiretamente os empregados, dirigentes, acionistas ou quotistas que não agiram com dolo ou culpa, mas não significa violação direta ao princípio da personalidade das penas. A exemplo do que ocorre na responsabilização penal, a imposição de responsabilidade civil e administrativa à pessoa moral, atinge, ainda que indiretamente, terceiros, como os sócios que não concorreram para o dano ambiental, seus empregados e fornecedores. Em verdade, nenhuma sanção penal deixa de indiretamente, atingir terceiros, uma vez que sua aplicação sempre gera os reflexos que lhe são inerentes. É consabido que a condenação de um pai à pena privativa de liberdade, em decorrência da prática de homicídio, resulta em nefastas consequências para seus dependentes. Não é por outra razão que o ordenamento jurídico prevê, como bem anota Shecaira,³⁰ o antigo benefício previdenciário denominado auxílio-reclusão para prover a subsistência dos familiares do preso, nos termos do art. 43 da Lei Orgânica da Previdência Social, bem como previsto no art. 201, I, da Constituição Federal. Prossegue, ainda, afirmando que a Lei de Execução Penal, em seu art. 29, § 1º, alínea “b”, prevê que o produto da remuneração pelo trabalho do preso deve ser destinado à assistência à sua família. Do mesmo modo, a aplicação ao condenado de penas restritivas de direitos, previstas no art. 47, incisos I e II, do Código Penal, também não deixa de atingir, de modo indireto, seus familiares.

Conforme observa Shecaira:³¹

Ora, os principais opositores da responsabilidade penal coletiva afirmam que esta deve ter somente natureza civil ou administrativa. Esses mesmos

autores também afirmam que as penas às empresas ferem o princípio da personalidade. No entanto, dependendo da multa civil ou administrativa, no plano puramente do valor pecuniário, ela atingiria os sócios minoritários ou mesmo aqueles que não participaram da decisão, tanto quanto a pena resultante de processo criminal aplicada à empresa. Assim, em suposta defesa de sócios inocentes – ao proporem respostas não penais – esses autores ignoram que, da mesma forma, atingir-se-á o patrimônio daquele que não contribuiu para a tomada da decisão ilícita.

Em suma, por força do princípio da intranscendência, as penas privativas de liberdade, as restritivas de direitos e as de multa, embora aplicáveis exclusivamente ao autor da infração penal, não deixam de atingir indiretamente terceiros.

Prossegue o jurista³² admitindo a responsabilidade penal da pessoa jurídica, desde que atendidos ainda os seguintes requisitos, a saber:

Em primeiro lugar, a infração individual há de ser praticada no interesse da pessoa coletiva (...). A infração individual não pode situar-se fora da esfera da atividade da empresa (...). Além disso, a infração cometida pela pessoa física deve ser praticada por alguém que se encontre estreitamente ligado à pessoa coletiva (...). A prática da infração deve ter o auxílio do poderio da pessoa coletiva.

Como se observa, o delito deve ser cometido pela pessoa física para fomentar os interesses e as atividades da entidade, o que entremostra a ocultação do agente no manto daquela. A par disso, se faz necessária a existência de vínculo estatutário ou contratual entre a pessoa natural e a corporação em nome da qual atua, razão pela qual não seria racional punir, exclusivamente, a pessoa física que agiu, no interesse ou benefício da sua entidade. Em outras palavras, nos casos em que a empresa for utilizada como instrumento ou escudo para a prática de delitos, é evidente que se impõe sua responsabilidade penal, bem como a da pessoa natural

que autorizou ou praticou o verbo descrito no tipo.

Nesse passo, em regra, é consabido que toda deliberação dos administradores ou sócios é tomada, regularmente, no interesse ou benefício da pessoa jurídica. Contudo, nos casos em que restar evidenciado que a decisão decorreu de excesso de poderes ou foi cumprida contrariando os fins dispostos no contrato social ou estatuto, a responsabilidade penal deve ser dirigida, exclusivamente, aos seus autores.

Cumpra-se notar que a multa administrativa, bem como a sanção civil, diversamente do que ocorre na sanção penal, não se têm revelado como meios eficazes no combate aos contumazes e graves ataques desferidos, no mais das vezes, pelas grandes indústrias ao meio ambiente. Destarte, em razão do fracasso, das ingerências políticas e da ineficiência das sanções de natureza civil e administrativa, seria imperiosa a intervenção do direito penal para a tutela mais efetiva do meio ambiente. Como se observa, a responsabilidade penal do ente jurídico se funda sobretudo em razões de política criminal.

Consoante o entendimento de Fernando Capez,³³ adepto da responsabilização penal da pessoa moral, os conceitos, os princípios e as teorias do direito penal devem sofrer mudanças urgentes para se adaptarem à vontade do constituinte, tendo em vista o aumento das diferentes formas de criminalidade. Por outro lado, Paulo Queiroz,³⁴ ao invocar o caráter subsidiário do direito penal, assim escreve: “(...) as sanções administrativas já existentes são, sem dúvida, bastantes para debelar os atos abusivos praticados por empresas”. E ressaltando a ausência de consciência e vontade da pessoa moral assim consigna: “(...) de sorte que, penalmente, a pessoa jurídica não pode ser sujeito ativo de uma ação que seja típica, antijurídica e culpável.” Por fim, sustenta a incompatibilidade dos conceitos e institutos do direito penal com a responsabilidade penal da pessoa jurídica: “Assim, por exemplo, a ideia de dolo, de discriminantes putativas, de legítima defesa, de erro de proibição, de coação irresistível, de concurso de agentes etc.”

Nesse diapasão, o direito penal brasileiro, assentado na concepção romano-germânica de cunho individualista, sem abandonar os direitos e garantias conquistados, teria que se adaptar ao modelo moderno que segue a tendência universal de acolher a responsabilidade penal das empresas. Em razão da necessidade de proteção ao meio ambiente se faz urgente e imprescindível a possibilidade de se responsabilizar penalmente a pessoa jurídica, tendo em vista que o dano ambiental compromete as

atuais e futuras gerações. Nesse passo, seria inaceitável que empresas de grande porte obtenham, não raro, lucros desmedidos sacrificando e condenando à morte o meio ambiente de que tanto necessitamos para sobreviver dignamente.

Note-se que, segundo alguns ambientalistas, o princípio da intervenção mínima do direito penal, fundado na aplicação de sanções civis e administrativas, se entremostra, no mais das vezes, relativamente ineficaz para conter a sangria dos recursos ambientais, o que demanda a utilização da resposta penal, sobejamente mais severa.

Desse modo, a crescente degradação do meio ambiente, ora promovida pela moderna e contumaz criminalidade empresarial, bem jurídico difuso, que necessita de tutela supraindividual, essencialmente preventiva ou antecipada, somente pode ser adequadamente contida pela intervenção do direito penal. Isso porque a atribuição de caráter apenas subsidiário ao direito penal, ou seja, somente após evidenciada a ineficácia e fracasso das tutelas extrapenais, poderia convolar o que era somente perigo de lesão em danos, quase sempre, irreversíveis ao meio ambiente. De outro lado, por vezes, os penalistas³⁵ são contrários a utilização desmedida do direito penal para tutelar perigo de dano, sendo mais eficiente recorrer a outros instrumentos, como, por exemplo, a propositura de ação civil pública ou de ação popular. Conforme a lição de Winfried Hassemer:³⁶

Por isso, a sugestão de Hassemer de criar um novo Direito, ao qual denomina Direito de intervenção, que seria um meio-termo entre Direito Penal e Direito Administrativo, que não aplique as pesadas sanções de Direito Penal, especialmente a pena privativa de liberdade, mas que seja eficaz e possa ter, ao mesmo tempo, garantias menores que as do Direito Penal tradicional, para combater a Criminalidade moderna, merece, no mínimo, uma profunda reflexão.

Outrossim, segundo a lição de Klaus Tiedemann,³⁷ podem ser admitidas diferentes formas de punição das pessoas jurídicas, quais sejam: responsabilidade civil, medidas de segurança em face da periculosidade da empresa por propiciar a prática de novos delitos pela pessoa física (confisco e fechamento do estabelecimento), sanções administrativas,

dissolução da pessoa jurídica, imposição de condições e intervenção no seu funcionamento, bem como a imposição de um administrador.

Na mesma senda, Luiz Flávio Gomes³⁸ defende a adoção do Direito judicial sancionador (Direito Administrativo Penal), nos seguintes termos:

Entendemos, portanto, que a única interpretação possível do art. 3º da Lei 9.605/1998 consiste em admitir que a responsabilidade da pessoa jurídica não é propriamente “penal”, no sentido estrito da palavra. É mais uma hipótese, isso sim, segundo nossa visão, de Direito judicial sancionador.

Como se vê, trata-se da utilização do direito penal para cumprir normas de caráter administrativo visando à prevenção e à repressão de delitos praticados por pessoas físicas que agem por trás das entidades.

4. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS E DE MULTA

As penas restritivas de direitos aplicáveis à pessoa física, a teor do disposto no art. 8º da Lei 9.605/98 são: prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão parcial ou total de atividades, prestação pecuniária e recolhimento domiciliar. A pessoa jurídica, por sua vez, fica sujeita às penas estabelecidas no art. 21 da mencionada Lei.

Observe-se que o art. 24 da Lei 9.605/98, a exemplo do que pode ocorrer com a extinção das associações, nos termos do art. 5º, XIX, da Constituição Federal, prevê a liquidação forçada da empresa, o que gera desemprego e perda da arrecadação de tributos. Segundo Cezar Bitencourt³⁹ essa liquidação equivale à pena de morte da pessoa jurídica. Vale acentuar que a pena de morte da pessoa física é vedada, salvo durante o período de guerra declarada, nos termos do art. 5º, XLVII, “a”, da Constituição Federal.

A pena de multa, por seu turno, a ser imposta à pessoa jurídica deve obedecer às regras gerais previstas no Código Penal, conforme preceitua o art. 18 da Lei 9.605/98. Essa pena não deixa de ser eficaz porque, no mais das vezes, os delitos ambientais são praticados pelas empresas para o incremento de seus vultosos lucros, e por via de consequência, obtendo redução de seus custos, como, por exemplo, causando desmatamento,

poluição irregular, despejando resíduos ou agrotóxicos, sem qualquer tratamento, nos mananciais.

Nos termos do art. 79 da Lei em comento, se aplicam subsidiariamente as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal. Dessa forma, o número de dias-multa varia de 10 a 360, ao passo que o valor do dia-multa será fixado entre um trigésimo e cinco vezes o salário-mínimo, conforme estabelecem os arts. 49, caput, e § 1º, do Código Penal, respectivamente. Além disso, o valor da multa pode ser triplicado em face do valor da vantagem econômica obtida com a prática do delito ambiental, e não com base na situação econômica do réu.

Observando a dupla punição no cálculo do valor da multa, Luiz Regis Prado⁴⁰ leciona:

(...) a existência de uma insustentável *bis in idem*. Isso porque, em rigor, “o valor da vantagem econômica auferida” - corresponde quase sempre ao “montante do prejuízo causado” (arts. 18 e 19) - integra o desvalor do resultado (gravidade do fato), que já fora objeto de exame por ocasião da determinação do número de dias-multa, resultante da gravidade do injusto penal.

Convém lembrar que não é possível a substituição de pena privativa de liberdade por multa quando estiverem previstas cumulativamente no tipo penal, nos termos da Súmula 171 do STJ. Ressalte-se que o art. 2º, parte final, da Lei 9.605/98 estabelece o Fundo Garantidor para as pessoas naturais que na condição de diretor, administrador, preposto ou mandatário de pessoa jurídica, podem agir, mas se quedam inertes não evitando a prática de crime ambiental.⁴¹

5. TEORIA DA DUPLA IMPUTAÇÃO OU DO RICOCHETE

Como observa parte da doutrina, a exclusiva imputação de responsabilidade penal à pessoa física não se mostrou eficaz para reprimir a prática de delitos ambientais praticados no interesse e no benefício das entidades.

Denominada também de Teoria Indireta, Mediata, Paralela ou Reflexa, sustenta o reconhecimento da responsabilidade penal da pessoa jurídica,

desde que o Ministério Público inclua na denúncia a pessoa física corresponsável pela prática do fato. Nessa esteira, o entendimento do STJ é no sentido de que a responsabilização penal da pessoa jurídica, embora não possa ser direta, deve ser fundada na Teoria da Dupla Imputação, segundo a qual a referida responsabilização não exclui a das pessoas físicas que sejam autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato criminoso.⁴²

Nesse sentido é a seguinte decisão do STJ:⁴³

Admite-se a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio.

Por sua vez, algumas decisões de Tribunais Regionais Federais⁴⁴ vêm admitindo a responsabilidade penal direta da pessoa jurídica na seara ambiental.

Nos termos do art. 3º, caput, da Lei 9.605/98, a pessoa jurídica deve ser responsabilizada nos casos em que a infração seja derivada de decisão tomada pelo representante legal ou contratual, ou por seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. Nesses casos a denúncia deve abranger a pessoa natural responsável pelo delito, bem como a entidade

Por sua vez, da leitura do parágrafo único do art. 3º da Lei 9.605/98, é possível defluir que não há que se falar em responsabilidade penal da entidade se inexistir coautoria ou participação de pessoa natural. Isso porque a pessoa física pratica o crime para concretizar o interesse coletivo ou obter benefícios para a empresa.

Assim, a denúncia deve abranger a pessoa natural corresponsável pelo delito, bem como a entidade. Em outras palavras, a responsabilização penal da pessoa jurídica implica necessariamente a das pessoas naturais, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato. Contudo, a responsabilização penal do representante legal ou contratual da pessoa jurídica não implica necessariamente o reconhecimento da responsabilidade desta.

Disso se depreende que, uma vez não identificada a pessoa natural autora do verbo do tipo, que teria se ocultado na complexa estrutura

empresarial, ou ocorrendo sua exclusão do polo passivo da demanda porque a denúncia não narrou devidamente a conduta praticada no interesse ou benefício da entidade, deve-se trancar a ação penal por inépcia, tendo em vista que o delito não pode ser imputado, exclusivamente, à pessoa jurídica.

Logo, a pessoa jurídica, sem a autoria ou a participação dos seus representantes ou empregados, não pode delinquir sozinha, pois se trata de delito de concurso necessário ou plurissubjetivo.

Nesse sentido é a decisão do STJ:⁴⁵ “Excluída a imputação aos dirigentes responsáveis pelas condutas incriminadas, o trancamento da ação penal, relativamente à pessoa jurídica, é de rigor.”

Em síntese, como a pessoa jurídica não é capaz, por si só, de cometer o verbo do tipo, sempre será necessária a concorrência da pessoa física que materializa a vontade coletiva. Embora acolha a Teoria da Dupla Imputação, Luiz Flávio Gomes⁴⁶ assim se manifesta sobre a prática de delitos ambientais: “A pessoa jurídica não conta com capacidade penal ou de ação. O velho *societas delinquere non potest* continua vigente”. E assim prossegue,⁴⁷ conforme se observa:

(...) a pessoa jurídica jamais pode integrar, sozinha, o polo passivo da ação penal. Trata-se da consagração da teoria da responsabilidade penal por ricochete (de empréstimo ou por procuração), que determina ser imprescindível para a responsabilidade penal da pessoa jurídica a prática de um fato punível por uma pessoa física. Nessa esteira, num primeiro momento, deve essa ser incriminada, e, posteriormente, por reflexo, alcança-se a pessoa jurídica, desde que preenchidos os requisitos legais, como a atuação em nome da pessoa jurídica, em benefício dessa.

Como se vê, a Teoria do Ricochete somente admite a responsabilidade penal indireta das empresas por delitos causados ao meio ambiente.

Perfilhando entendimento contrário ao do STJ, Guilherme Nucci,⁴⁸ sustenta que a pessoa jurídica pode ser punida sozinha, independentemente de se conseguir apurar qual a pessoa física que, materialmente, executou o delito ambiental. Ressalte-se que após a recente decisão do STF, a qual

admite a responsabilização da pessoa jurídica independentemente da pessoa física, exarada no julgamento do AgR no RE 628582/RS, Rel. Min. Dias Toffoli, é prudente aguardar o posicionamento da doutrina sobre a Teoria do Ricochete.

Com relação ao concurso de pessoas, consoante Shecaira,⁴⁹ deve ser acolhida a Teoria do Domínio Funcional do Fato, segundo a qual responde como autor aquele que tiver a decisão sobre a prática do fato criminoso. Isso porque, conforme dispõe o art. 3º, caput, da Lei 9.605/98, a ação dos sócios ou administradores deve se pautar no interesse ou benefício da pessoa jurídica. Uma vez identificada a pessoa física que praticou o fato punível, pelo sistema da dupla imputação, também a pessoa moral deve ser incluída no polo passivo. De acordo com a teoria do domínio do fato, quando vários agentes concorrerem para o crime, será considerado autor quem teve o domínio final da ação. Nessa esteira, considerando que a empresa, por si só, não pratica a conduta mencionada no tipo, senão se utilizando de pessoa física, ressaí evidente a coautoria necessária entre a pessoa jurídica e a pessoa física que executou o verbo do tipo em prol daquela. Nesse passo, conclui que a pessoa jurídica, por ter o domínio do fato, seria autora mediata, e, não há que se falar em participação, nas modalidades de induzimento, instigação ou cumplicidade.

6. RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO

A doutrina e a jurisprudência também não são uniformes sobre relevante tema.

Uma corrente entende que não cabe tal responsabilização em razão de dois fundamentos: A aplicação de pena de multa ou de algumas penas restritivas de direitos consistentes, por exemplo, em proibição de contratar com o Poder Público e a manutenção de espaços públicos seriam incompatíveis em face da prática de delito ambiental pelas pessoas jurídicas de direito público. Isso porque, em última análise, significaria punir, indiretamente, a própria sociedade que não contribuiu para a prática delitiva.⁵⁰ Além disso, como o Estado pratica atos de soberania ao manter o monopólio do *jus puniendi*, não poderia sancionar-se a si mesmo. Nesse rumo, a pena de multa não seria eficaz, eis que o dinheiro seria revertido ao próprio Estado (Fundo Penitenciário). Cumpre observar que, em razão do princípio da continuidade do serviço público, a pena de

suspensão parcial ou total de atividades, modalidade de pena restritiva de direitos, não poderia ser infligida ao Estado ou a suas entidades.

Demais disso, nos termos do art. 3º, caput, parte final, da Lei 9.605/98 a infração deve ter sido praticada no interesse ou benefício da pessoa jurídica. Assim, como o Estado, nos termos do art. 225, caput, da Constituição Federal possui o dever de proteger o meio ambiente, seria incongruente que o descumprimento desse mister sugerisse a obtenção de interesse ou benefício próprio.

Como o interesse buscado pelos órgãos e entidades públicas deve atender à coletividade, o seu atingimento não pode autorizar a degradação ambiental. Dessa forma, os órgãos e as entidades da Administração Pública, por perseguirem finalidades públicas, jamais poderiam ter interesse ou benefício decorrentes da prática de delitos ambientais que, evidentemente, vitimam a própria sociedade. Contudo, se o representante legal de uma autarquia vier a praticar, por sua exclusiva decisão, e no seu próprio interesse ou benefício, um crime ambiental, o que obviamente contraria os princípios regentes da Administração Pública, deverá pessoalmente se sujeitar à persecução penal.

Todavia, outra corrente⁵¹ sustenta que, a despeito da omissão legal, é possível tal incriminação, pois é necessário que se dispense tratamento isonômico entre pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Ademais, note-se que o art. 225, § 3º, da Constituição Federal e o art. 3º da Lei 9.605/98 não excluem expressamente a responsabilidade penal das pessoas jurídicas de direito público. Destarte, por princípio básico da hermenêutica, onde a lei não distingue, não compete ao intérprete fazê-lo.

Nesse sentido, Guilherme Nucci⁵² exemplifica:

O que impediria, por exemplo, uma autarquia federal, autora de crime ambiental, ser condenada à manutenção de um espaço público estadual ou ao custeio de um programa municipal ambiental? Em suma, pode até parecer redundante, mas, na prática, não seria.

Como se vê, seria prudente o acolhimento da tese da responsabilidade penal das pessoas jurídicas de direito público, em face do dever constitucional de proteção do meio ambiente, previsto no art. 225, caput, segunda parte, além de constituir um mecanismo eficiente para dissuadir

os administradores públicos da prática de delitos contra esse bem jurídico. No sentido da possibilidade da responsabilização penal das aludidas pessoas jurídicas, dentre outros, citamos os ilustres doutrinadores: Paulo Affonso Leme Machado e Édis Milaré. Por fim, vale acentuar que o Poder Público é considerado um dos maiores degradadores do meio ambiente, o que justifica o acolhimento da tese ora exposta.

7. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Em regra, os sócios respondem, de modo subsidiário, em relação às dívidas da sociedade. Assim, primeiro se exaure o patrimônio da pessoa jurídica e, somente depois, desde que o tipo de sociedade admita, serão os bens particulares dos sócios submetidos à execução. Os sócios somente serão responsabilizados, de modo direto, em casos, por exemplo, de fraude ou abuso de direito que lesionam o patrimônio dos credores da sociedade. Segundo o STJ,⁵³ é prescindível a propositura de ação civil específica para o reconhecimento da desconsideração.

Ressalte-se que a desconsideração é episódica, vale dizer, somente incide no caso concreto, até a satisfação dos credores, de sorte que não provoca a extinção da pessoa jurídica. Com efeito, a empresa continua a ostentar sua autonomia patrimonial com relação a outros negócios jurídicos celebrados com terceiros. Demais disso, a empresa é uma fonte de produção de bens, de serviços, de empregos e também propicia a arrecadação de tributos.

O art. 47 do Código Civil estabelece a distinção entre o patrimônio do sócio e o da pessoa jurídica. Nos termos da jurisprudência do STJ,⁵⁴ a teoria menor da desconsideração, fundada apenas na prova da insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial, pode ser verificada no art. 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor, bem como no art. 4º da Lei 9.605/98, os quais possuem redações semelhantes.

O art. 4º da Lei 9.605/98 trata do instituto da despersonalização - disregard doctrine -, de inspiração no *common law*, ao estabelecer o seguinte: “Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente”.

Desse modo, se restar comprovado que algum dirigente se utilizou da

empresa como instrumento para obtenção de vantagens exclusivamente pessoais causando prejuízos à qualidade do meio ambiente, será imperiosa a superação da personalidade jurídica da sociedade para responsabilizá-lo individualmente, se valendo de seu patrimônio. Em síntese, na seara ambiental, a desconsideração ocorre quando restar comprovada a impossibilidade de a pessoa jurídica reparar os danos causados ao meio ambiente, o que atinge de modo direto e ilimitado o patrimônio pessoal dos sócios.

Por sua vez, a teoria maior da desconsideração, ora identificada no art. 18 da Lei 8.884/94 e no art. 50 do Código Civil, exige, além da prova da insolvência da pessoa jurídica para o cumprimento de suas obrigações, a demonstração do desvio de finalidade ou da confusão patrimonial. Note-se que, nos termos do art. 50 do Código Civil, a desconsideração não pode ser decretada de ofício. Ressalte-se que na teoria maior ainda há dissidências no que se refere à necessidade de comprovação do ânimo de fraudar os credores. Assim, a corrente subjetiva exige tal prova, ao passo que a tese objetiva, por ser mais pragmática, a dispensa, eis que seria suficiente a verificação do desvio de finalidade ou da confusão patrimonial para a desconsideração.

Em suma, note-se que, ao contrário do preconizado nos arts. 28, caput, do Código de Defesa do Consumidor, 18 da Lei 8.884/94 e 50 do Código Civil, o dispositivo previsto no art. 4º da Lei 9.605/98 não menciona a necessidade de comprovação de abuso, má gestão, violação do estatuto social e à lei. Conforme vimos, a infração deve ter sido praticada por decisão do representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da empresa, como preceitua o art. 3º, caput, da Lei 9.605/98.

Por sua vez, a teoria da desconsideração inversa da personalidade jurídica, consolidada no Enunciado 283 do Conselho da Justiça Federal, segundo Fábio Coelho,⁵⁵ seria “o afastamento do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para responsabilizar a sociedade por obrigação do sócio”.

Uma corrente⁵⁶ entende que a desconsideração ocorre quando restar comprovado que a autonomia empresarial foi utilizada como expediente para a prática de crime ou fraude. Nesse caso, é possível atingir de modo direto, pessoal e ilimitadamente o patrimônio dos sócios da empresa condenada criminalmente, desde que provada a fraude na utilização da independência patrimonial. Assim, uma vez ressarcidos os prejuízos,

é possível a responsabilização administrativa e penal dos sócios ou administradores. No entanto, segundo o entendimento de Guilherme Nucci:⁵⁷

A pena não passará da pessoa do delinquente. Logo, não se poderia desconsiderar a pessoa jurídica, buscando o ressarcimento penal diretamente dos sócios. Estes, aliás, somente seriam obrigados a cumprir pena – ainda que pecuniária – se forem condenados como coautores, mas cada um cumpre a sua parte da sentença, não sendo responsável pela do corréu. Se a pessoa jurídica, no entanto, em razão do ilícito penal, ficar obrigada a repará-lo civilmente, há possibilidade de se desconsiderar a pessoa jurídica, voltando-se a cobrança aos sócios, conforme o caso.

Portanto, em razão do princípio da intranscendência, se a empresa se tornar insolvente, qualquer pena de caráter pecuniário aplicada àquela não poderá ser executada em relação aos sócios.

8. ASPECTOS PROCESSUAIS

O atual Direito Ambiental brasileiro ainda carece de normas procedimentais concretas e específicas para reger a responsabilização penal das pessoas jurídicas. Como exemplos, podemos citar a falta de normas processuais regulando o domicílio, a denúncia, a forma de citação, a representação em juízo, a resposta preliminar escrita, bem como o interrogatório.

Na lição de Guilherme Nucci,⁵⁸ a pessoa jurídica deve ser citada nos moldes do Código de Processo Civil, além de ser interrogada de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, ou seja, o empregador pode ser substituído pelo gerente ou preposto que tenha conhecimento do fato. Note-se que a maioria das infrações penais ambientais são de menor potencial ofensivo, o que remete à aplicação da Lei dos Juizados Especiais Criminais Estaduais ou Federais. Com efeito, os demais crimes ambientais que não sejam de competência dos Juizados Especiais Criminais deverão adotar o seguinte regramento: a) se o rito for ordinário, devem seguir

as regras previstas no art. 394, § 1º, I, 396 a 405 do Código de Processo Penal; b) se o rito for sumário, devem seguir as regras definidas nos arts. 394, § 1º, II, 396 a 399 e 531 a 538 do Código de Processo Penal.

A competência para o processo e julgamento das infrações penais perpetradas contra o meio ambiente, em que pese o silêncio do constituinte, bem como da legislação ordinária, é da Justiça Estadual, salvo se forem praticadas, de modo direto e específico, contra bens, serviços ou interesses da União, de suas autarquias ou empresas públicas, casos em que será da Justiça Federal, conforme reza o art. 109, inciso IV, da Constituição Federal.

Ressalte-se que a Súmula 91 do STJ, que atribuía à Justiça Federal a competência para processar e julgar os crimes praticados contra a fauna, fora cancelada na sessão ocorrida em 08/11/2000. Contudo, a Justiça Federal, inclusive com arrimo no art. 20 da Carta Magna, será competente, por exemplo, para julgar as seguintes infrações penais: de pesca praticadas em mar territorial, contrabando de animais silvestres, peles e couros de anfíbios ou répteis para o exterior, contra espécies ameaçadas de extinção, contra a fauna cometidos no interior de parques nacionais ou reservas ecológicas sob o domínio eminente da União, bem como o crime que envolver mais de um Estado-membro da Federação.⁵⁹

A ação penal por crimes ambientais, nos termos do art. 26 da Lei 9.605/98, é pública incondicionada. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, o art. 27 da mesma Lei dispõe que é possível a proposta de transação penal de aplicação de pena restritiva de direitos ou multa, desde que haja prévia composição do dano ambiental de que trata o art. 74, salvo sua comprovada impossibilidade. Como se vê, a lei não exigiu a reparação *in natura*, posto ser impossível na maioria dos casos. Por essa razão, torna-se imperiosa a utilização da tutela inibitória dos danos ambientais, na qual se pretende impedir tais prejuízos pelo ajuizamento de ação civil pública ou de ação popular.

Nesse passo, a prevenção dos danos ambientais assume caráter prioritário, ao passo que a reparação deve ser considerada medida excepcional. Note-se, ainda, que, nos termos do art. 76, parágrafo 6º, da Lei 9.099/95, a sanção penal não possui efeitos civis, cabendo aos interessados a propositura da ação de conhecimento no juízo cível. Ressalte-se que na Lei dos Crimes Ambientais, diferentemente do que ocorre na Lei 9.099/95, uma vez praticada infração penal de menor potencial ofensivo, é possível a composição dos danos civis, a despeito

de a ação penal ser pública incondicionada. Cumpre observar que a lei exige a reparação do dano, salvo nos casos de absoluta impossibilidade, independentemente da certeza da autoria do delito ambiental. Observe-se que, em decorrência da independência das instâncias, é possível a cumulação, sem ofensa ao princípio do *ne bis in idem*, das sanções de natureza civil, administrativa e penal relativas ao mesmo dano ambiental.

No que concerne aos crimes societários ou de autoria coletiva, o Pretório Excelso⁶⁰ indeferiu habeas corpus por vislumbrar inépcia da denúncia que não descreveu, de modo pormenorizado, as condutas imputadas aos dirigentes da pessoa jurídica. Nesse sentido, o fato de ser sócio ou administrador, por si só, não basta para a propositura da ação penal.

Noutro giro, a suspensão condicional da pena, nos termos do art. 16 da Lei 9.605/98, pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos. Note-se que os requisitos para a suspensão condicional da pena previstos no Código Penal são também exigidos no *sursis* ambiental. Nessa esteira, o § 2º do art. 78 do Código Penal fixa as condições da suspensão condicional da pena, sendo que a reparação do dano, a que se refere o dispositivo retro deve ser feita mediante o devido laudo de reparação ambiental, sendo que as condições judiciais devem se relacionar à proteção do meio ambiente.

As disposições do art. 89 da Lei 9.099/95 se aplicam às infrações ambientais de menor potencial ofensivo, com as modificações, previstas nos incisos I a V do art. 28 da Lei 9.605/98, consubstanciadas na reparação do dano. Por fim, em caso de prorrogação do prazo de suspensão do processo, não se aplicam às condições dispostas nos incisos II, III e IV do § 1º do art. 89 da Lei 9.099/95. A condição obrigatória prevista no art. 89, § 1º, inciso I, da Lei 9.099/95 é a única compatível com a pessoa jurídica.

A doutrina ainda é controvertida sobre o patamar que autoriza a concessão do *sursis* processual. No entanto, o STJ, ao julgar o REsp 261.371, em 15/10/2002, consolidou que o critério preponderante é a pena máxima de dois anos.

9. CONCLUSÃO

À vista do exposto, podemos concluir que há basicamente quatro posições sobre o polêmico tema, quais sejam: impossibilidade de responsabilização penal de entidades, como ocorre em alguns

países. Por sua vez, no Brasil há três alternativas: impossibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica em razão, sobretudo de impropriedades redacionais dos dispositivos constitucionais. Além disso, restaria configurada a violação ao princípio da legalidade penal em face da ausência de cominação específica das sanções penais na Lei 9.605/98 atinentes a cada tipo penal a que se subsumiriam as empresas, bem como a incompatibilidade da aludida tese com os conceitos da dogmática penal ancorados solidamente na responsabilidade penal subjetiva da pessoa natural; acolhimento da referida incriminação para concretizar a vontade do constituinte e do legislador ordinário e, com isso, seguir uma tendência do mundo contemporâneo que clama ardorosamente pela preservação do meio ambiente; admitir a responsabilidade penal da empresa, porém de forma indireta, face a aplicação da teoria do ricochete adotada pelo STJ.

A par das posições retro, também se ventila na doutrina a instituição do pragmático Direito Judicial Sancionador, segundo o qual se aplicam algumas sanções de caráter extrapenal pelo magistrado penal (medidas de viés penal) às pessoas jurídicas, consoante o devido processo legal quando a entidade for utilizada pela pessoa física como instrumento do crime ambiental.

A despeito das controvérsias em sede doutrinária e jurisprudencial, a responsabilidade penal da pessoa jurídica restou consagrada no arts. 173, § 5º e 225, § 3º, da Constituição Federal, bem como foi consolidada pelo art. 3º da Lei 9.605/98.

Como é notório, no mundo globalizado caracterizado pelo avanço da tecnologia e pela busca desenfreada do lucro, a pessoa jurídica, ainda que de direito público, ao praticar crimes ambientais, sacrifica o meio ambiente, bem difuso de uso comum do povo, o qual deve ser preservado hoje para a sobrevivência das presentes e vindouras gerações.

A criminalidade empresarial é dotada de alto potencial ofensivo, eis que põe em perigo ou lesa bens jurídicos de interesses supraindividuais, como o meio ambiente, a ordem econômica, financeira e a economia popular. Nesse sentido, deve ser combatida por mecanismos modernos e diferenciados em relação ao sistema punitivo atual que rege os clássicos delitos previstos no Código Penal de matriz individualista.

Não socorre o argumento segundo o qual, como a devida vênua, a capacidade de conduta imanente à pessoa natural, bem como os princípios da culpabilidade individual e da personalidade da pena, emergentes do direito penal clássico de tradição romano-germânica, são obstáculos

insuperáveis para o reconhecimento da responsabilidade penal da pessoa jurídica.

Nesse passo, seria prudente a adoção de um moderno sistema punitivo adequado aos reclamos de natureza político-criminal que seja dotado de instrumentos hábeis para responsabilizar penalmente as entidades, mas sem sacrificar os direitos e garantias fundamentais outrora conquistados ao longo da história.

A doutrina lembra, conforme vimos, que na França houve a Lei de Adaptação promovida no Código Penal e no Código de Processo Penal para viabilizar a punição de pessoas jurídicas, haja vista que a legislação pretérita seguia os dogmas individualistas oriundos da tradição romano-germânica. Embora se reconheça que a empresa não pratica diretamente conduta conscientemente dirigida a um resultado antijurídico, é consabido que seus dirigentes, por vezes, agem ou se omitem no interesse ou benefício daquela causando danos reiterados e irreversíveis ao meio ambiente.

Por fim, com a devida vênia, filiamo-nos à doutrina majoritária que, em harmonia com as legislações avançadas de vários países, acolhe a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica para reprimir a degradação ambiental.

CRIMINAL LIABILITY OF THE LEGAL PERSON

ABSTRACT: The legal article presents the arguments favorable and contrary to the possibility of criminal the responsibility of the legal, mainly in sears ambient, displaying the requirements constitutional and legal people. Moreover, the doctrine and the jurisprudence are compared, as well as the positions of some foreign legislators. The thesis of the impossibility of application of penalties to the legal entity rests amongst others, in the theory of the fiction, according to which between collective is a creation of the right; the dogmas happened of the tradition consistent Roman-Germanic of the Brazilian criminal law in the behavior capacity and inherent capacity of culpability to the natural person. In more if argues the supposed breaking of the principles of the legality, as well as of the in transcendence of the penalties. On the other hand, the Federal Constitution, also, following a universal trend, in its art. 173, § 5º, as well as in art. 225, § 3º, consecrates the criminal liability of the legal entity for ambient crimes, in what it was materialized by art. 3º of Law 9.605/98.

Likewise, is tacked, among others, the arguments favorable to the alluded the responsibility, which is: theory of the reality or organics; the necessity of preservation of the environment for the gifts and future generations; adequacy of new punitive model with criminal and procedural rules for the legal people, for without imposing agaves to the rights and conquered basic guarantees. Moreover, Law 9,605/98, along with elenca sanctions of civil and administrative nature, makes use on the applicable penalties to the entities. It is knowned that the company, instituted with the purpose to search the profit in the legal relationships that celebrates in the globalizadora world, not rare, comes being used for its partners or administrators as instrument for the practical one of misdemeanors.

KEYWORDS: Criminal liability. Legal entity. Culpability. Misdemeanors.

Notas

¹ TRF 4ª R., 8ª T., Ap. Crim. 2001.72.04.002225-0/SC, Rel. Des. Federal Elcio Pinheiro de Castro, j. 06/08/2003, Revista de Direito Ambiental, v. 32, p. 305.

² SHECAIRA, Sérgio Salomão. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 48-56.

³ STJ, Resp. 622.724/SC, Rel. Min. Felix Fischer, j., 18/11/2004;

⁴ MACIEL, Sílvio; et al. Legislação criminal especial. Coleção ciências criminais. coordenação: Luiz Flávio Gomes, Rogério Sanches Cunha. São Paulo: RT, 2009, v. 6, p. 691.

⁵ BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. Direito penal. parte geral: São Paulo: Saraiva, 1999, v. 1, p. 79-80; CONSTANTINO, Carlos Ernani. Delitos ecológicos. 3. ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005, p. 65-66; BOSCHI, José Antonio Paganella. Das Penas e Seus Critérios de Aplicação. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 133.

⁶ MACIEL, Sílvio. Artigo: STF admite responsabilização penal da pessoa jurídica independentemente da responsabilização da pessoa física. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br>. Acessado em: 17 out. 2011.

⁷ CONSTANTINO, Carlos Ernani. Delitos Ecológicos. 3. ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005, p. 65-66.

⁸ PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro – Parte Geral. São Paulo: RT, 1999, p. 147.

⁹ DOTTI, René Ariel. A Incapacidade Criminal da Pessoa Jurídica (Uma Perspectiva do Direito Brasileiro). In: Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica, Coordenador: Luiz Regis Prado. São Paulo: RT, 2001, p.150.

¹⁰ BOSCHI, 2002, p. 133 apud NUCCI, 2007, p. 762.

¹¹ MACIEL; et al., op. cit., p. 697-698.

¹² DOTTI, op. cit., p. 152

¹³ SHECAIRA, op. cit., p. 23.

¹⁴ No mesmo sentido decidiram os seguintes congressos: VI Congresso Internacional de Direito Penal de Roma, em 1953; VI Congresso da Organização das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, sediado em Nova Iorque, em julho de 1979 (delitos de abuso do poder econômico). Idem, p. 23-24.

¹⁵ XV Congresso Internacional de Direito Penal, reunido no Rio de Janeiro, em setembro de 1994. Idem, p. 24.

¹⁶ STF, HC 92.921-4, j. 19/08/2008 (impossível concessão de HC em favor de pessoa jurídica). No sentido da impossibilidade de responsabilidade penal da pessoa jurídica: STF, HC 83301-2/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, j., 16/03/2004; STF, HC 85658-6/ES, Rel. Min. Cezar Peluso, j., 21/06/2005.

¹⁷ STJ, HC 3751/ES, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 15/09/2005; REsp 564.960/SC, Rel. Min. Gilson Dipp, j., 02/06/2005; REsp 610.114/RN, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 17/11/2005; MS 16696/PR, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 09/02/2006; HC 19119/MG, Rel. Min. Felix Fischer, j. 12/06/2006; MS 20601/SP, Rel. Min. Felix Fischer, j. 29/06/2006; REsp 889.528/SC, Rel. Min. Felix Fischer, j. 17/04/2007; REsp 847.476/SC, Rel. Min. Paulo Galotti, j. 08/04/2008; HC 93.867, j. 08/04/2008; REsp 969.16, j. 06/08/2009. Nos seguintes julgados o STJ decidiu sobre a impossibilidade de concessão de habeas corpus a favor de pessoa jurídica: STJ, HC 93.867, j. 08/04/2008; STJ, HC 138.645, 138.644 e 138.643, 138.641, j., em 09/06/2009.

¹⁸ STJ, 5ª T, REsp 564.960, Rel. Min. Gilson Dipp.

¹⁹ NETO, 2003, p. 187 apud Maciel, 2009, p. 693.

²⁰ DELMANTO, Roberto; DELMANTO JR; Roberto; DELMANTO, Fábio Machado de Almeida. Leis penais especiais comentadas. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 383-384.

²¹ ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001, p. 499; NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 2. ed. São Paulo: RT, 2007, p. 762-766; SILVA, José Geraldo da; LAVORENTI, Wilson; GENOFRE, Fabiano. Leis penais especiais anotadas. 10. ed. Campinas: Millennium, 2008, p. 46; GALVÃO, Fernando. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 16.

²² BAIGÚN, 2000, p. 37-53 apud SHECAIRA, 2011, p. 94-95 e 148.

²³ SHECAIRA, op. cit., p. 98.

²⁴ CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. legislação penal especial. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, v. 4, p. 46-47.

²⁵ SHECAIRA, op. cit., p. 18.

²⁶ JÚNIOR, João Marcello de Araújo apud SMANIO, Gianpaolo Poggio. Artigo: A responsabilidade penal da pessoa jurídica. Disponível em: <www. Jus on line>, p. 6. Acessado em: 27 out. 2011.

²⁷ DOTTI, op. cit., p. 184-207.

²⁸ SHECAIRA, op. cit., p. 104.

²⁹ ANTUNES, Paulo de Bessa. Curso de Direito Ambiental. 11. ed. Rio de Janeiro. Lumen Juris. p. 214.

³⁰ SHECAIRA, op. cit., p. 92.

³¹ Idem, p. 94.

³² Ibidem, p. 104-105.

³³ CAPEZ, op. cit., p. 50-53.

³⁴ QUEIROZ, Paulo. Direito penal. parte geral. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 125-128.

³⁵ Segundo o princípio da fragmentariedade, a intervenção da tutela penal somente se justifica quando o bem jurídico sofre ataques graves e intoleráveis; o princípio da subsidiariedade fundamenta a intervenção da tutela penal somente quando os outros ramos do direito forem ineficazes para conter as agressões ao bem jurídico.

³⁶ HASSEMER, Winfried. "Três Temas Penais", Publicação da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 1993, p. 59 e 95, apud BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, v. 1, p. 215.

³⁷ TIEDEMANN, Klaus. Responsabilidad penal da personas jurídicas y empresas en derecho comparado. Revista Brasileira de Ciências Criminais, número especial, 1995 apud BITENCOURT, 2004, p. 214.

³⁸ GOMES, Luiz Flávio. Artigo: Pessoa jurídica comete crime. Disponível em: <www.lfg.com.br>. Acessado em 25 out. 2011.

³⁹ BITENCOURT, Cezar Roberto. Artigo: Artigo: Considerações penais sobre pessoa jurídica. Disponível em <<http://www.direitopenal.adv.br/artigos.asp?>>, Acessado em: 24 out. 2011.

⁴⁰ PRADO, Luiz Regis. Crimes contra o Ambiente, op. cit., p. 47.

⁴¹ Nesse sentido: STF, HC 94.842, em 26/05/2009 (crimes comissivos por omissão).

⁴² DE SANCTIS, 1999, p.135; BRANCO, 2001, p. 68-69 apud SHECAIRA, 2011, p. 138-139.

⁴³ STJ, REsp 889.528/SC, Rel. Min. Felix Fischer, 5ª T., DJU 17/04/2007.

⁴⁴ TRF – 4ª Reg., MS 2008.04.00.005931 – 5, Rel. Des. Federal Paulo Afonso Brum Vaz, 27/03/2008; TRF – 1ª Reg., RSE 2007.41.00.006063 – RO/Rel. Des. Federal Tourinho Neto, 18/04/2008, p. 103.

⁴⁵ STJ, RMS 16.696/PR, 6ª T., Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 13/03/2006, p. 373. No mesmo sentido: REsp 610.114-RN, 5ª T., Rel. Min. Gilson Dipp, 17/11/2005, DJ 19/12/2005, p. 463.

⁴⁶ GOMES, Luiz Flávio Gomes. Direito penal: parte geral: teoria constitucionalista do delito. São Paulo: RT, 2004, v. 3, p. 97.

⁴⁷ _____. Artigo: Pessoa jurídica comete crime. Disponível em www.lfg.com.br>. Acessado em: 26 set. 2011.

⁴⁸ NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 2. ed. São Paulo: RT, 2007, p. 767. No mesmo sentido: FREITAS, Vladimir Passos de. Crimes contra a natureza. 7. ed. São Paulo: RT, 2000, p. 70.

⁴⁹ SHECAIRA, op. cit., p. 166-169.

⁵⁰ Nesse sentido: SANTOS, Marcos André Couto. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas de direito público por dano ambiental. In: Revista de Direito Ambiental. São Paulo: RT, v. 24, 2001, p. 130.

⁵¹ NUCCI, op. cit., p. 766. MACHADO, Paulo Affonso Leme, op. cit., p. 667. Em sentido contrário: FREITAS, op. cit., p. 70-71

⁵² Idem.

⁵³ STJ, MS 16274/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 19/08/2003.

⁵⁴ STJ, REsp, 279.273/SP; Rel. Min. Ari Pargendler, DJ 29/03/2004.

⁵⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 1999. v. 2, p. 45.

⁵⁶ TUGLIO, 2005, p. 1305 apud NUCCI, 2007, p. 768.

⁵⁷ NUCCI, op. cit., p. 768.

⁵⁸ NUCCI, op. cit. p. 767.

⁵⁹ STJ, Informativo 135 e 174 – Terceira Seção.

⁶⁰ STF, HC 85.190-8/SC, Rel. Min. Joaquim Barbosa (paciente: administrador de empresa e outros; coator: STJ).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001,

_____. *Curso de direito ambiental*. 11. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

BAIGÚN, David. *La responsabilidad penal de las personas jurídicas: ensayo de un nuevo modelo teórico*. Buenos Aires: Depalma, 2000.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. *Direito penal. parte geral*. São Paulo: Saraiva, 1999, v. 1.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral*: 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, v.1

_____. *Considerações penais sobre pessoa jurídica*. Disponível em <<http://www.direitopenal.adv.br/artigos.asp?>>. Acessado em: 24 out. 2011. In: TIEDEMANN, Klaus. 1995.

BOSCHI, José Antonio Paganella. *Das penas e seus critérios de aplicação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

BRANCO, Fernando Castelo. *A pessoa jurídica no processo penal*. São Paulo: Saraiva, 2001.

CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal. legislação penal especial*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, v. 4.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. São Paulo: Saraiva,

1999. v. 2.

CONSTANTINO, Carlos Ernani. *Delitos ecológicos*. 3. ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005.

DE SANCTIS, Fausto Martin. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1999.

DELMANTO, Roberto; DELMANTO JR, Roberto; DELMANTO, Fábio Machado de Almeida. *Leis penais especiais comentadas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DOTTI, René Ariel. *A incapacidade criminal da pessoa jurídica* (uma perspectiva do direito brasileiro). In: Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica, Coordenador: Luiz Regis Prado. São Paulo: RT, 2001.

FREITAS, Vladimir Passos de. *Crimes contra a natureza*. 7. ed. São Paulo: RT, 2000.

_____. & FREITAS, Gilberto Passos de. *Crimes contra a natureza*. 2. ed. São Paulo: RT, 1991.

GALVÃO, Fernando. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

GOMES, Luiz Flávio. *Direito penal: parte geral: teoria constitucionalista do delito*. São Paulo: RT, 2004. v. 3.

_____. Artigo: *pessoa jurídica comete crime*. Disponível em: <www.lfg.com.br>. Acessado em: 25 out. 2011.

HASSEMER, Winfried. “Três temas penais”, Publicação da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 1993.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MACIEL, Sílvio; et al.. *Legislação criminal especial*. Coordenação: Luiz Flávio Gomes, Rogério Sanches Cunha. Coleção ciências criminais. São Paulo: RT, 2009, v. 6.

_____. *STF admite responsabilidade penal da pessoa jurídica independentemente da responsabilização da pessoa física*. Disponível em: <<http://atualidadesdodireito.com.br/silviomaciell/>>. Acessado em 25 out. 2011.

NETO, Christiano Souza. *Breves reflexões sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais*. Curitiba: Juruá, 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis penais e processuais penais comentadas*. 2. ed. São Paulo: RT, 2007.

PRADO, Luiz Regis. *Curso de direito penal brasileiro – Parte Geral*. São Paulo: RT, 1999.

_____. *Crimes contra o ambiente*. 2 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: R.T., 2001

QUEIROZ, Paulo. *Direito penal. parte geral*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTOS, Marcos André Couto. *Responsabilidade penal das pessoas jurídicas de direito público por dano ambiental*. In: Revista de Direito Ambiental. São Paulo: R.T., v. 24, 2001.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SILVA, José Geraldo da; LAVORENTI, Wilson; GENOFRE, Fabiano. *Leis penais especiais anotadas*. 10. ed. Campinas: Millennium, 2008.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. Artigo: A responsabilidade penal da pessoa jurídica. Disponível em: <Jus on line>. Acessado em: 27 out. 2011.

TIEDEMANN, Klaus. *Responsabilidad penal da personas jurídicas y empresas em derecho comparado*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, número especial, 1995.

TUGLIO, Vânia Maria. *Responsabilidade penal da pessoa jurídicas – outras considerações*. Manual prático da promotoria de justiça do meio ambiente, v. 2. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo e Imprensa Oficial, 2005.